

REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E A PRODUÇÃO DE MORADIA POPULAR EM BELA VISTA-MS

RESTRUCTURING OF THE CITY AND THE PRODUCTION OF POPULAR HOUSING IN BELA VISTA-MS

Valter Marques de Moraes¹
Orlando Moreira Junior²

Resumo: O presente artigo debate o tema da produção de moradia popular em cidade pequena, abordando o processo de reestruturação da cidade. O objetivo é identificar e caracterizar os conjuntos habitacionais, analisando sua acessibilidade a totalidade da cidade, em especial o centro. Metodologicamente, após a conceituação teórica buscamos através do trabalho de campo observar o centro histórico, centro principal e os conjuntos habitacionais para efetuar a descrição e encontrar especificidades e diferenças especializadas no espaço urbano na cidade de Bela Vista-MS.

Palavras-chave: Reestruturação. Espaço urbano. Conjuntos habitacionais.

Abstract: This article discusses the theme of the production of popular housing in a small town, addressing the process of restructuring the city. The objective is to identify and characterize the housing complexes, to analyze the accessibility of the entire city, especially the center. The methodology corresponds to the theoretical conception, through the field work, we look for the historical center, main center and the housing complexes to make the description and to find specific specificities and differences in the urban space in the city of Bela Vista-MS.

Palavras-chave: Reestruturação. Espaço urbano. Housing complexes.

Introdução

Pesquisa sobre cidades pequenas ainda é um assunto pouco explorado entre os geógrafos, considerando a expressividade quantitativa de sedes municipais brasileiras responsáveis por constituir uma extensa área do território nacional, pouco se tem feito para auxiliar na compreensão das dinâmicas materializadas no espaço urbano na perspectiva supracitada, tanto nos aspectos físicos quanto sociais. A maior parte dos trabalhos

¹ Graduando em Geografia – UEMS – Unidade Universitária de Jardim. E-mail: valter-mm@hotmail.com.

² Professor Adjunto do curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande. Membro do Grupo de Estudos em Fronteira, Turismo e Território (GEFRONTTER). E-mail: orlandomoreirajr@uems.br.

desenvolvidos abarcam dinâmicas evidenciadas em metrópoles e em cidades médias, entretanto a problemática referente as desigualdades sócio-espaciais também ocorrem nas cidades pequenas (MOREIRA JR., 2010). Nesse sentido conforme Moreira Jr. (2010, p. 01)

(...) cidades pequenas podem, não raramente, apresentar grandes problemas, sendo que as áreas empobrecidas dessas cidades são muito grandes, em percentuais que ultrapassam em muito os grandes centros urbanos, comparando-os com suas extensões territoriais e populacionais. Assim, a problemática habitacional já não deve ser pensada e discutida apenas em metrópoles ou grandes aglomerações urbanas, ela já se faz sentir também nas cidades pequenas.

O modo como as habitações estão dispostas são capazes de revelar a espacialização das disparidades sociais. Entre as várias possibilidades de leitura do espaço urbano nos dispomos a verificar a relação entre Estado e construção de moradias populares em consonância com a distribuição da população socioeconomicamente menos abastada. Esta temática está diretamente relacionado a estrutura que as cidades adquirem.

Pesquisas referentes a cidades pequenas são pouco numerosas, tanto ao que se refere às teorias e metodologias próprias para o estudo em questão, quanto em termos quantitativos de pesquisas realizadas. Sobre questões teóricas e metodológicas não há um consenso entre os pesquisadores referente a terminologia utilizada: cidades pequenas, pequenas cidades ou cidades locais aparecem como sinônimos. Entretanto existem diferenças complexas, pois deve ser considerada a expressividade da localização de cada aglomerado. Nesse sentido considerando a nível nacional uma cidade pequena na região sudeste pode apresentar demografia superior a 50 mil habitantes enquanto pode ser encontrada cidades médias com o mesmo quantitativo demográfico em regiões com baixa expressividade demográfica (MOREIRA JR., 2013).

O presente trabalho busca inter-relacionar questões referentes a Políticas públicas, gestão do território e processos e transformações na configuração dos espaços urbanos, pois visa analisar a ação do poder público na construção de conjuntos habitacionais e a relação dos mesmos com a estrutura que a cidade de Bela Vista-MS adquiriu a partir da espacialização dos conjuntos habitacionais.

Os resultados serão apresentados em três partes. A primeira composta por uma revisão bibliográfica acerca do espaço urbano. A segunda parte, abrange o estudo da reestruturação da cidade de Bela Vista. A terceira e última parte apresenta e da localização dos conjuntos habitacionais.

Considerações teórico-metodológicas sobre a constituição do espaço urbano

Para entender as dinâmicas espaciais no espaço é necessário estar ciente sobre qual é o objeto de estudo da Geografia. Segundo Milton Santos o objeto de estudo da ciência geográfica é o espaço geográfico e deve ser considerado como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 225). Esta definição refere-se ao espaço geográfico como um todo (espaço agrário, espaço econômico, espaço urbano, etc.), considerando que os objetos são modificados com o passar do tempo segundo as ações de diferentes atores sociais (SANTOS, 2006). Nesta perspectiva buscamos compreender a dinâmica do espaço urbano.

Segundo Corrêa (1995, p. 7) o espaço urbano é o

(...) conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Em termos gerais o espaço urbano é constituído por diferentes áreas, com usos diferenciados da terra, caracterizando formas e diferenças sociais. Assim o espaço urbano apresenta-se “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORRÊA, 1995, p. 9).

A fragmentação é representada nos diferentes usos da terra. A articulação entre as diferentes partes da cidade ocorre, principalmente, pelas ligações viárias diversas ocasionando a acessibilidade desigual entre as diferentes áreas do espaço urbano.

Para compreender a estruturação de cidades é necessário salientar que o espaço urbano é mutável. Com o passar do tempo ocorrem mudanças sócio-espaciais, entretanto as mudanças não alteram a fragmentação do espaço urbano, apenas as modificam (CORRÊA, 1995). As mudanças no espaço urbano ocorrem através da ação de agentes produtores do espaço, segundo Corrêa (1995, p. 12) estes agentes são:

- (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- (b) os proprietários fundiários;
- (c) os promotores imobiliários;
- (d) o Estado; e

(e) os grupos sociais excluídos.

Considerando a temática da pesquisa vamos nos ater a ação dos proprietários fundiários, do Estado e dos grupos sociais excluídos.

A forma de atuação dos proprietários fundiários visa a obtenção da valorização da terra, considerando o valor diferenciado entre a terra rural (menos valorizada) e a terra urbana, assim estes agentes importam-se mais com o valor de troca da terra sem a preocupação com seu valor de uso. Atuam pressionando o Estado objetivando alterações nas leis reguladoras do uso do solo e nas leis responsáveis pela regulação zonal urbana. Sendo que ainda podem se beneficiar da instalação de infraestrutura através do investimento público em novos loteamentos.

As formas de uso da terra urbana na periferia em relação ao uso residencial são diferenciadas: habitações de *status* destinadas a uma seleta minoria *versus* habitações populares construídas através de autoconstrução ou conjuntos habitacionais alocados pelo Estado, são destinadas respectivamente as classes sociais com menor poder aquisitivo e aos grupos sociais que não dispõem de capital para a aquisição de uma habitação. No caso de cidades com segregação sócio-espacial onde a periferia não apresenta características propícias para a construção de conjuntos residências de *status* (com amenidades) resta aos proprietários fundiários elevar o valor de troca através do loteamento de suas terras organizando-os com mínima estrutura ou através da venda para o Estado construir conjuntos habitacionais populares (CORRÊA, 1995).

O Estado atua através da regulamentação legislativa do uso do solo urbano, na construção de obras públicas para relativamente propiciar a acessibilidade às diversas áreas da cidade, introduzindo infraestruturas necessárias e na organização para concessão de crédito habitacional como é frisado por Corrêa (1995, p. 24)

(...) é através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado. A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras as normas do zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano.

Nesse sentido o Estado também produz espaço, além de regular as ações dos outros agentes também produtores de espaço, pois estes são submissos a um marco jurídico. Este, no

entanto, não é neutro, pois é orientado de acordo com os interesses de um dos agentes sendo que o agente dominante se sobressai ao seu oponente (CORRÊA, 1995)

Os grupos sociais excluídos, de um lado, são os que só podem se beneficiar das habitações mediante a compra de um lote para construir sua moradia, utilizando a autoconstrução como forma para obter moradia. De outro, representam o grupo que adquirem sua habitação por intermédio do Estado em conjuntos habitacionais populares. Em geral, ambos situados em áreas periféricas.

As relações que ocorrem no espaço urbano são dinâmicas, envolvem vários agentes capazes de modifica-lo em diferentes proporções. Para a concretização desta pesquisa os assuntos acima referenciados são de extrema importância para atribuir uma comparação entre as evidências propostas por Corrêa (1995) e a realidade materializada a ser apurada no espaço urbano de Bela Vista-MS. Embora o autor trabalhe sob a perspectiva de cidades grandes ou médias, procura-se fazer interpretações para pensar também cidades pequenas.

Para subsidiar esta análise buscou-se trabalhos similares que versam acerca da segregação em cidades pequenas, especialmente aqueles que tiveram por enfoque a construção de conjuntos habitacionais disponibilizados pelo Estado para atender a população menos provida de recursos financeiros, tais como: Domingues, Cavali, Calixto (2006); Lahorgue, Goulart., Felácio (2008); Moreira Jr (2010); Pereira (2008); Roma (2008a, 2008b); Vieira (2010).

De modo geral, é possível evidenciar que a segregação do espaço urbano é materializada sob grande influência do poder público, sobretudo referindo-se as áreas onde são construídos os conjuntos habitacionais, localizadas distantes do centro da cidade. São áreas carente de acessibilidade, uns com infraestrutura básica (asfalto, rede de água, rede de esgoto, rede de energia), enquanto outros se encontram desprovidos de infraestrutura básica e, na maioria, não há presença de instituições públicas de atendimento social como creches, escolas, postos de saúde e áreas de lazer. As habitações apresentam pouca qualidade estrutural e impessoalidade, que não atendem todas as necessidades das famílias, não apresentam um visual paisagístico capaz de incorporar ações do planejamento e produção do espaço.

Moreira Jr (2010), por exemplo, constatou a influência do Estado na manutenção da segregação sócio-espacial no que se refere a construção de conjuntos habitacionais populares e conclui que:

(...) a lógica de interesse na produção do espaço urbano são semelhantes em todas as cidades, indiferente do seu porte territorial ou populacional, porém os resultados apresentam determinadas particularidades seja em termos de quantidade ou qualidade do fenômeno, das dinâmicas e dos processos, isto é, a diferença está na intensidade em que estes ocorrem e se materializam espacialmente. (Moreira Jr, 2010, p. 10)

Assim pode-se compreender que existe uma lógica na produção do espaço urbano guiada por interesses de um determinado agente produtor de espaço dominante. Então, parte-se do pressuposto de que esta lógica ocorre em todas as cidades capitalistas, indiferente de seu tamanho populacional e territorial. A partir destas considerações nos cabe analisar a segregação sócio-espacial a partir da observação da formação do centro e da localização o centro dos conjuntos habitacionais na cidade de Bela Vista-MS.

Reestruturação da cidade de Bela Vista-MS

Para compreender a reestruturação da cidade de Bela Vista – MS é fundamental entender o conceito de limite e fronteira, considerando a localização geográfica da cidade. Esta se originou a cerca de 250 metros das margens do rio Apa, local em que com o passar do tempo tornou-se o seu centro principal e, posteriormente, centro histórico. Conforme Ghetti (2006), através de sua argumentação conceitual limite é o termo utilizado para definir a separação entre unidades políticas enquanto fronteira é considerada uma zona de influência para ambos os lados de um determinado limite.

Conforme Raffestin (1993), fronteira é zona de contato e limite, é uma linha de separação definida. Para Muller (2005, p. 576), fronteira na concepção tradicional é uma barreira, limite, corte, descontinuidade. Esta visão, todavia, vem sendo superada conforme, tornando necessário encontrar novos referenciais para esse tema.

Existem diversas e diferentes possibilidades analíticas para as fronteiras. Para Siqueira e Oliveira (2009), destacam que a visão mais pontual de fronteira

(...) é a visão da ‘linha demarcatória’ de um território. Linha essa que estipula os limites de uma cidade, estado ou país. Esse limite faz-se necessário até para que se cumpra à lei, pois cada território tem uma legislação. Essa noção de limite implica intenção de poder, onde o espaço é natural e seus atores constroem seus limites. (SIQUEIRA e OLIVEIRA, 2009, p. 30)

Nesse sentido podemos considerar o rio Apa limite territorial – político administrativo – e, conseqüentemente, o limite da cidade de Bela Vista-MS que se encontra em uma faixa de

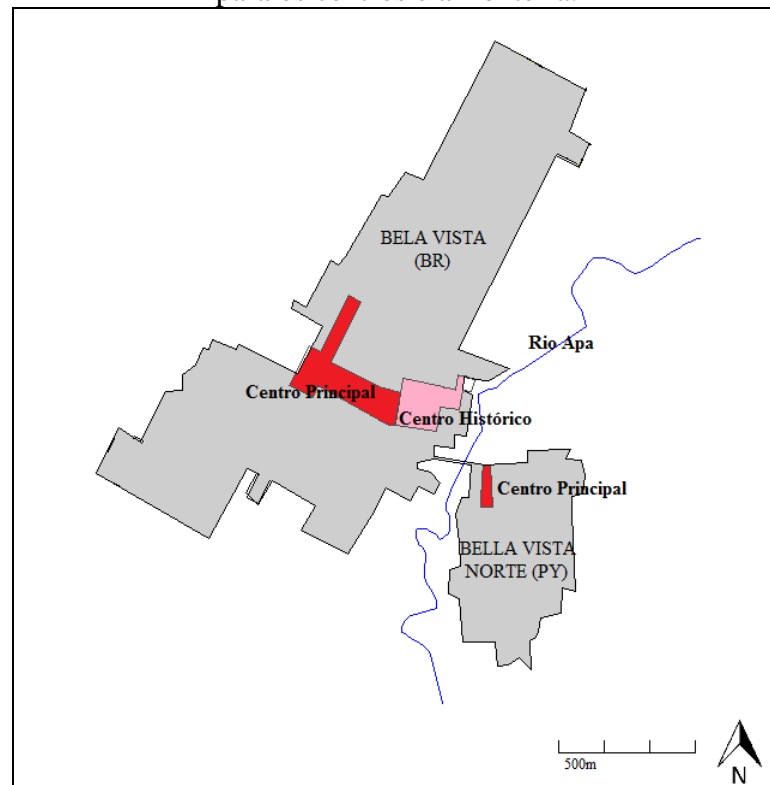
fronteira. Assim o rio pode ser considerado uma barreira para o crescimento da cidade como aponta Ghetti (2006, p. 07)

(...) o sentido de expansão das cidades está intimamente relacionado com as barreiras e interesses de consumo da população. As barreiras determinam o sentido de expansão do espaço urbano, forçam contornos, fluxo e direção, assim como as ações dos conflitos de classes que vão em busca das vantagens e desvantagens do espaço urbano.

Desse modo o desenvolvimento da cidade seguiu uma direção oposta a barreira física e político administrativa representada pelo rio Apa. Com o crescimento demográfico no decorrer do tempo foi necessário a expansão da cidade e seu antigo centro deixou de atender a todas as necessidades de consumo da população surgindo assim uma nova centralidade comercial na cidade.

Na figura 1 é possível observar um croqui da cidade de Bela Vista, no Brasil, e da cidade de Bella Vista Norte, no Paraguai, constituindo aquilo que geograficamente denominamos de cidades-gêmeas. Igualmente é possível observar o Rio Apa como fronteira natural e a localização dos centros nos espaços urbanos.

Figura 1: Mancha urbana de Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY), com destaque para os centros e a fronteira.



Org.: Orlando Moreira Junior, 2018.

Empiricamente, foi verificado no centro histórico que a praça ali localizada foi inaugurada no ano de 1930, apontando indícios da existência material do início da cidade. Em seu entorno há algumas construções históricas bem conservadas, alguns órgãos municipais e federais (Câmara de Vereadores, Secretaria de Assistência Social, os Correios e o Banco do Brasil), o Bar Bossa Nova e o Cine São José, ambos patrimônio histórico municipal. Além de uma igreja Católica Romana (que não é a igreja principal da cidade) a Radio Bela Vista, bem como outros órgãos públicos com características um pouco mais modernas como a delegacia estadual. No entorno da quadra principal ainda se encontram algumas construções importantes para qualquer cidade: o Cartório do 1º Ofício, a estação de tratamento de água, a 2ª Companhia da PM, um banco privado (Bradesco) e um supermercado de porte médio.

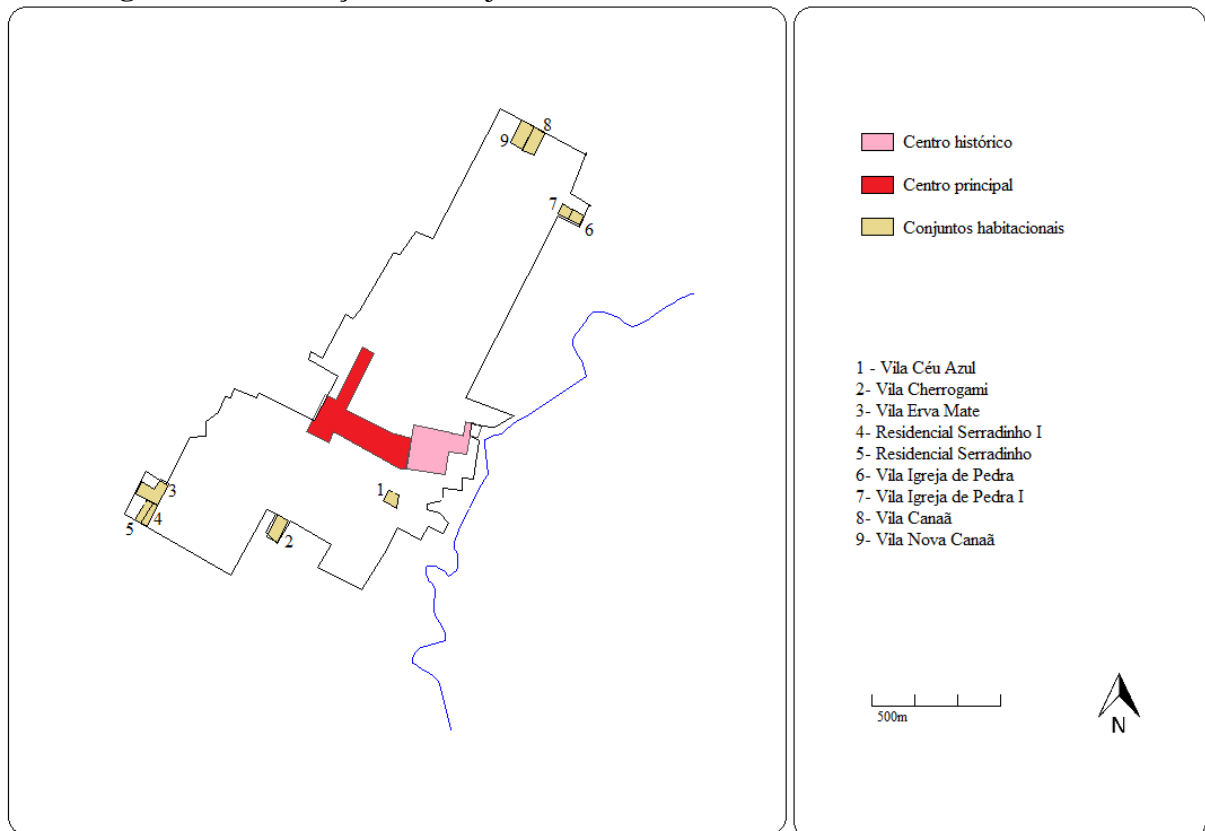
No centro principal encontram-se algumas antigas edificações como o Centenário Quartel do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizado, o Templo e demais instalações da Igreja Católica Romana – construídos no ano de 1939 –, a Prefeitura Municipal e alguns estabelecimentos comerciais dispostos ao redor de um campo de polo de propriedade do Exército Brasileiro. Ainda no centro principal encontram-se o Fórum, o 17º Tribunal Regional Eleitoral, a sede do INSS, a sede da OAB, a sede da Promotoria Pública Estadual, o Hospital São Vicente de Paula, três das quatro escolas estaduais existentes no município, a maioria dos estabelecimentos comerciais e de serviços e algumas residências. Porém, o número de residências é pouco expressivo em relação ao uso comercial do solo.

Assim, esta área engloba as principais características de maior relevância para identificar a área central nas cidades capitalistas, necessários para a existência da centralidade e da gestão do território. Como é salientado por Corrêa (1995, p. 38), o processo de centralização materializa a área central que “constitui-se no foco principal não apenas da cidade mas também de sua hinterlândia”. Neste sentido o centro principal de Bela Vista-MS está especializado e em parte se reestruturando para melhor atender sua hinterlândia que está se estruturando nas áreas descontínuas em relação aos locais que o Estado especializou os conjuntos habitacionais populares.

Os conjuntos habitacionais na cidade de Bela Vista-MS

Os conjuntos habitacionais apresentam algumas características similares e poucas diferenças entre si. Através do trabalho de campo foi possível observar a carência da ação do Estado em proporcionar o direito à cidade garantindo, somente, o direito à habitação, mesmo que precárias. O poder público disponibiliza as moradias populares em sua maioria distantes do centro (figura 2) e não atende adequadamente os empreendimentos habitacionais populares com a infraestrutura básica e serviços de responsabilidade pública para o atendimento das necessidades das famílias alocadas nessas habitações.

Figura 2: Localização dos conjuntos habitacionais na cidade de Bela Vista-MS.



Org.: Orlando Moreira Junior, 2017.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores diminuem as possibilidades de ascensão socioeconômica gerando assim a reprodução de uma classe sem perspectiva de mudanças, mantendo-os como meras peças fundamentais para servir ao sistema econômico capitalista apoiado pelo Estado em suas três esferas: federal, estadual e municipal. Desse modo o Estado

mantem a segregação sócio-espacial para garantir os interesses de uma seleta classe que também age como modelador do espaço objetivando a valorização do solo.

Sobre a espacialização dos conjuntos habitacionais alocados pelo Estado na cidade de Bela Vista-MS, a pesquisa *in loco* possibilitou a constatação de similaridades e especificidades com as proposições apontadas por Corrêa (1995) e Moreira Jr (2010). O objetivo principal foi observar as características de cada conjunto habitacional, nome, quantidade de moradias, acessibilidade ao centro principal e centro histórico (considerando que este manteve alguns serviços importantes aos cidadãos), data de inauguração e a captura de imagens através de fotos (importante para perceber as mudanças ocorridas no espaço com o passar do tempo), além do grau de infraestrutura e serviços sociais básicos disponibilizados e de responsabilidade do Estado. Para facilitar a demonstração de informações sobre alguns dados referentes aos empreendimentos habitacionais populares segue a tabela 1.

Tabela 1: Nome, quantidade e ano de inauguração dos conjuntos habitacionais em Bela Vista-MS

Conjunto Habitacional	Quantidade de moradias	Mês/ano de inauguração
Vila Céu Azul	43	2008
Vila Cherrogami	80	2000
Vila Erva Mate	127	1992
Residencial Serradinho	50	2014
Residencial Serradinho I	40	2014
Vila Canaã	58	-
Vila Nova Canaã	88	-
Vila Igreja de Pedra	83	2010
Vila Igreja de Pedra	31	2012
Total	600	-

Fonte: Trabalho de campo - Valter Marques de Morais, 2016.

No total são nove conjuntos habitacionais, para melhor compreensão da realidade de cada um buscamos expressar as características por meio de imagens. Nas figuras 3 e 4 estão os conjuntos Vila Céu Azul e Vila Cherogami.

Figura 3: Conjunto habitacional Vila Céu Azul.

Fonte: Valter Marques de Marques de Morais, 2016.

Figura 4: Conjunto habitacional Vila Cherogami.

Fonte: Valter Marques de Marques de Morais, 2016.

A Vila Céu Azul é a única localizada próxima ao centro principal, cerca de 300 metros do mesmo, entretanto apresenta problemas de infraestrutura principalmente referente ao saneamento básico e asfalto. O local é relativamente íngreme e as ruas sem asfalto sofrem com a sedimentação, não apresenta projeto paisagístico, não conta com instalações para atendimento social disposto pelo Estado. Entretanto, é importante destacar que por estar situado próximo ao centro os moradores podem usufruir de serviços públicos oferecidos no centro. Como pode ser observado na figura 3, as habitações foram disponibilizadas para uso sem acabamento, sendo que muitas das moradias sofreram alterações por intermédio dos próprios moradores através do processo de autoconstrução.

A Vila Cherogami está situada a uma distância de aproximadamente 1 km do início do centro principal. A infraestrutura básica é precária, conta somente com rede de água e de energia, não contam com serviços urbanos de responsabilidade do Estado, como creches, escolas, unidades de saúde e áreas de lazer. A estrutura física das moradias não satisfaz a todas as famílias residentes que as modificam através da autoconstrução.

Nas figuras 5 e 6 estão as fotografias dos conjuntos Vila Cerradinho e Vila Cerradinho I.

Figura 5: Conjunto habitacional Vila Cerradinho.



Fonte: Valter Marques de Marques de Moraes, 2016.

Figura 6: Conjunto habitacional Vila Cerradinho I.



Fonte: Valter Marques de Marques de Moraes, 2016.

As vilas Cerradinho e Cerradinho I foram inauguradas, respectivamente, em fevereiro de 2014 e setembro de 2014, construídas em contiguidade entre elas e a Vila Erva Mate. A distância entre as vilas e o centro principal é de aproximadamente 3 km e 4 km. Poucas habitações foram modificadas através do sistema de autoconstrução. A infraestrutura básica não é consolidada totalmente, havendo somente rede de água e rede de energia. As instalações públicas de atendimento social são inexistentes havendo somente uma creche na Vila Erva Mate, localizada ao lado das vilas Cerradinho e Cerradinho I, porém as vagas não beneficiam a todos os moradores.

Nas figuras 7 e 8 estão imagens que retratam os conjuntos Vila Canaã e Vila Nova Canaã.

Figura 7: Conjunto habitacional Vila Canaã



Fonte: Valter Marques de Marques de Moraes, 2016.

Figura 8: Conjunto habitacional Vila Nova Canaã



Fonte: Valter Marques de Marques de Moraes, 2016.

Os conjuntos habitacionais Vila Canaã e Vila Nova Canaã estão distantes do centro principal e centro histórico a aproximadamente 4 km e 5 km respectivamente. Não conta com asfalto e rede de esgoto. As moradias foram entregues sem acabamento e, em sua maioria, já foram modificadas através da autoconstrução custeada pelos proprietários. As únicas infraestruturas instaladas são a rede de água e de energia, porém não conta com um projeto paisagístico, referente aos serviços e instrumentos de uso social. Empiricamente, esses dois conjuntos habitacionais são melhor servido pelo poder público; comporta em seu interior uma creche, uma unidade de saúde, um área de lazer com um campo de futebol, um de vôlei e um ginásio de esportes coberto, além de uma escola municipal localizada a cerca de 300 metros de distância.

Nas figuras 9 e 10 estão registradas as paisagens das residências nos conjuntos Vila Igreja de Pedra e Vila Igreja de Pedra I.

Figura 9: Conjunto habitacional Vila Igreja de Pedra



Fonte: Valter Marques de Marques de Moraes, 2016.

Figura 10: Conjunto habitacional Vila Igreja de Pedra I



Fonte: Valter Marques de Marques de Moraes, 2016.

Os conjuntos habitacionais Vila Igreja de Pedra e Vila Igreja de Pedra I estão localizados espacialmente próximos, separados apenas por uma escola municipal. Foram construídos a aproximadamente 4 km e 5 km respectivamente do centro principal e centro histórico. São os conjuntos habitacionais mais isolados, totalmente desconectados do restante da cidade. Em seu entorno o cenário visual é rural, pois estão localizados no espaço periurbano. A rede de água e rede de energia são os únicos benefícios referentes a infraestrutura. Conta com uma pequena escola municipal sem nenhuma outra instituição pública presente e as moradias foram entregues com as paredes sem revestimento, sem nenhum projeto paisagístico.

Por fim, na figura 11, está o registro do Conjunto Habitacional Vila Erva Mate.

Figura 11: Conjunto habitacional Vila Erva Mate



Fonte: Valter Marques de Marques de Moraes, 2016.

A Vila Erva Mate é o conjunto habitacional mais antigo da cidade, inaugurado no início da década de 1990. Está localizado acerca de 3 km e 4 km do centro principal e centro histórico respectivamente. Apresenta muitas modificações efetuadas a partir do sistema de autoconstrução e a infraestrutura básica como em todos os demais é incompleta (somente rede de água e de energia). Há, nele, uma creche para atender tanto os conjuntos habitacionais Vila Cerradinho, Vila Cerradinho I, construídos em contiguidade à Vila Erva Mate. Uma unidade de saúde está em construção e não há projeto paisagístico.

Considerações finais

O centro histórico manteve alguns serviços essenciais para o funcionamento da cidade, entretanto não apresenta a concentração comercial. Este fato está relacionado com o crescimento populacional que com o passar do tempo exigiu a sua expansão fazendo com que seu antigo centro deixasse de atender às necessidades de consumo da população. Assim, surgiu uma nova centralidade comercial.

A construção de conjuntos habitacionais em locais longínquos valoriza a terra da área descontinua entre área central e moradias populares da cidade, mantendo um papel determinante no sentido de expansão das habitações visto que para garantir o acesso às moradias populares, o Estado instala a infraestrutura básica para garantir o funcionamento, mesmo que precário dos conjuntos habitacionais.

Assim, torna-se visível que o centro principal de Bela Vista-MS está especializado e em parte se reestruturando para melhor atender as necessidades de consumo de bens e serviços dos habitantes residentes na sua hinterlândia, embora o acesso apresenta-se diferenciado devido ao modo segregado que a cidade se constitui mediante a ação dos agentes produtores do espaço, principalmente dos proprietários fundiários que tem seus interesses atendidos pelo Estado.

Todos os conjuntos habitacionais apresentam deficiências no que concerne à infraestrutura básica, havendo apenas energia elétrica e rede de água instaladas. Não há asfaltamento e rede de esgoto. As condições estruturais não atendem as necessidades de todos os habitantes que acabam modificando suas moradias através do sistema de autoconstrução. Entretanto, muitas das habitações – mesmo as construídas ainda no início da década de 1990 – estão com a mesma forma de quando concebidas, já bastante deterioradas, o que evidencia a pobreza de grande parte dos moradores. Em alguns o acesso a serviços públicos como escola, creche, unidade de saúde são sanados, mas não em todos os aspectos. Sobre a acessibilidade ao centro principal e centro histórico somente um está localizado próximo, enquanto os outros foram construídos demasiadamente longe de forma descontinuada da cidade.

Fica evidente, portanto, que em cidades pequenas a questão da produção do espaço e da (re) produção de moradia pode ampliar as diferenças entre as partes das cidades. O processo de reestruturação da cidade demonstra que mudanças na organização e uso do solo ocorrem, mas em passos lentos, tanto que o denominado centro histórico ainda mantém centralidade e possui importantes estabelecimentos públicos, comerciais e financeiros. No caso específico de uma cidade fronteiriça, há ainda a questão do comércio de compras no país vizinho. Embora Bella Vista Norte (PY) não seja pujante como em outras cidades, os preços podem ser atrativos para população de Bela Vista.

Os estudos de cidades pequenas localizadas na fronteira ainda é escasso. É um campo aberto para análises, podendo trazer especificidades, bem como demonstrar que muitos processos na produção do espaço ocorrem tal qual em outras cidades do território nacional.

Referências

CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

DOMINGUES, A. T.; CAVALI, A. P.; CALIXTO, M. J. M. O processo de redefinição do espaço urbano em uma cidade de pequeno porte: uma análise do Conjunto Habitacional Catulino Rodrigues de Lima em Rio Brilhante/MS. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco, **Anais XIV ENG**, 2006. CD Rom.

GHETTI, I. B. L. Barreiras urbanas em cidades de fronteira: análise das cidades gêmeas Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. **Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Campinas – 2006. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/isabella_ghetti.pdf>. Acesso em: 11/08/2015.

LAHORGUE, M. L.; GOULART, E. F. M.; FELÁCIO, R. M. Existe segregação socioespacial em municípios pequenos? O caso de Forquilha (SC). In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

MOREIRA JR, O. As cidades pequenas na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP: espaço e tempo**, n. 35, p. 19-33, 2013. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geosp/ojs-2.2.4/index.php/geosp/article/viewFile/562/449>>. Acesso em: 08/10/2015.

_____. Segregação urbana em cidades pequenas: Algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana. RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise (Curitiba), Departamento de Geografia – UFPR, n. 20, p. 133-142, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/20617>>. Acessado em 08 de Junho de 2017.

MULLER, K. M. Espaços de fronteiras nacionais, pólos de integração In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 573-592

PEREIRA, M. Existe segregação socioespacial em municípios pequenos? O caso de Forquilha (SC). In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

ROMA, C. M. **Segregação sócio-espacial em cidades pequenas**. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2008a.

_____. Segregação socioespacial interurbana: uma hipótese? **Terra Livre**, v. 2, n. 31, jul/dez 2008b, p.111-132.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SIQUEIRA, K. S. M.; OLIVEIRA, M. A. M. de. A Fronteira e a Fronteira Brasil-Bolívia: um Viés Histórico. In: COSTA, Edgar Aparecido da; SILVA, G. A. M. da; OLIVEIRA, M. A. M. de. **Despertar para a Fronteira**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009. p. 29-42.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

VIEIRA, J. R. S. Segregação em pequenas cidades: um estudo de caso na cidade de Anadia Alagoas. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

Recebido em 31 de março de 2018.

Aceito em 01 de junho de 2018.